



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMA
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CTG
CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA GUAÍBA

1 A décima terceira Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Gestão da
2 Região Hidrográfica Guaíba, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH,
3 ocorrida no Auditório da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
4 Avenida Borges de Medeiros, 261, 15º andar - Porto Alegre - RS, no dia trinta de agosto
5 do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas. Compareceram os seguintes
6 membros: Presidência: Valéria Borges Vaz – **Comitê Pardo**; Vice-Presidência: Julio
7 Cesar Salecker – **Comitê Taquari-Antas**; Adolfo Klein - **Comitê Sinos**; Eduardo Stumpf
8 – **Comitê Baixo-Jacuí**; Norine Paloski – **Comitê Gravataí**; Elisa Kerber Schoenell –
9 **Comitê Caí**; Paulo Cervi – **Comitê Alto Jacuí**; Paulo Germano – **Comitê Lago Guaíba**;
10 Fernando Meirelles – **DRH/SEMA**; Major Alberto Niederauer Beckr – **Brigada**
11 **Militar/Secretaria de Segurança Pública**. Convidados: Renato das Chagas e Silva –
12 **FEPAM/SEMA** e Mery – CRH/SEMA. Justificaram ausência: Adalberto Huve (Comitê
13 Pardo); Paulo Robinson Samuel (Comitê Gravataí) e Comitê Vacacaí-Vacacaí-Mirim.
14 Após a conferência do quórum, a presidente da CTG inicia a 13ª Reunião Ordinária da
15 CTG. Sra. Valéria declara que fará o registro da Ata. Coloca a pauta da reunião em
16 apreciação e aberta para inclusões. Foram solicitadas as seguintes inclusões em
17 Assuntos Gerais: Agências (Julio), Reunião GT CTG (Eduardo), Relato CTG no CRH.
18 **1) Apreciação da Ata da 12ª Reunião Ordinária CTG:** A Ata 12ª foi colocada em
19 apreciação e aprovada sem alterações pelos presentes. **2) Licenciamentos**
20 **Ambientais e Enquadramentos das Águas - Renato das Chagas e Silva-**
21 **FEPAM/SEMA:** Sra. Valéria informa que a Sra. Marion Luiz Heinrich, responsável pela
22 área técnica de Meio Ambiente da FAMURS que foi convidada para esta reunião,
23 comunicou que em razão de uma reunião com os Prefeitos na Expointer que acontece
24 neste mesmo horário não pode se fazer presente. Pediu desculpas e se coloca à
25 disposição para que tenhamos a oportunidade de conversar em outro momento.
26 Inclusive relatou que a FAMURS tem reuniões mensais, nas segundas quartas-feiras do
27 mês, com técnicos municipais de meio ambiente e há possibilidade, se entendermos
28 necessário, de nos reunirmos com eles. As próximas datas destas reuniões seriam:
29 11/10 e 08/11, o que após a discussão desta pauta podemos verificar o melhor
30 encaminhamento. Sra. Valéria apresentou ao convidado a proposta das reuniões da
31 CTG e seu papel perante o CRH e informou que a demanda desta pauta surgiu dentro
32 da CTG e como na Região Hidrográfica do Guaíba, com exceção do Vacacaí-Vacacaí-
33 Mirim, todas as bacias possuem Enquadramento das Águas e a questão que buscamos
34 respostas é como os enquadramentos estão sendo utilizados para fins de
35 licenciamentos tanto no âmbito da FEPAM como nos municípios, por isso o convite foi
36 remetido à FAMURS também, tendo por objetivo a melhoria da qualidade das águas.
37 Sr. Renato comenta que os enquadramentos facilitam o trabalho da FEPAM, que faz as
38 adequações dos licenciamentos com base nos enquadramentos. Cita um exemplo na
39 bacia dos Sinos e Gravataí, quando há 15 anos tomou uma decisão com relação aos
40 problemas de qualidade das águas, suspendendo novas atividades que gerassem
41 efluentes líquidos até que os Comitês fizessem a sua parte. A partir dos
42 enquadramentos as divisões da FEPAM passam a licenciar observando os padrões e
43 prazos definidos. Quando os Comitês não possuem enquadramento é utilizada a classe
44 2, conforme a legislação federal. Além do enquadramento seguimos as orientações do
45 CONSEMA e do CONAMA. Os órgãos ambientais dos municípios precisam deste
46 esclarecimento em relação aos enquadramentos, pois a grande maioria não tem esta
47 clareza, mas a FAMURS poderia confirmar isso. Existem reuniões periódicas da FEPAM



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMA
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CTG
CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA GUAÍBA

48 com os municípios e acredita que estes encontros são importantes para estes
49 esclarecimentos. Sr. Fernando expõe a sua preocupação quanto aos efeitos sinérgicos
50 cumulativos dos licenciamentos, pois um lançamento pode alterar a qualidade pelo
51 somatório das licenças emitidas. Sr. Renato responde que isso não é feito. Temos rios
52 que sofrem maior pressão industrial ou domésticas. Os rios com maior pressão neste
53 sentido são o dos Sinos e do Gravataí. A atividade industrial respondeu muito bem nas
54 últimas duas a três décadas no que se refere a redução de carga e de volume de água
55 utilizada. O inverso do que ocorreu com a falta de tratamento de esgoto. Os parâmetros
56 são verificados de forma pontual, não no conjunto das contribuições. Sugere que neste
57 sentido poderia ser realizado uma experiência piloto em algum trecho de rio que sofra
58 uma pressão, de preferência um local que houve um tratamento de esgoto, para saber
59 até quando ele pode continuar recebendo cargas. Esta questão cumulativa é importante,
60 hoje estas informações estão mascaradas. Sr. Fernando pergunta quais são as
61 informações georeferenciadas que FEPAM possui e se há medida de vazão no corpo
62 hídrico receptor. Sr. Renato responde que possuem dados de vazão, carga metálica,
63 carga orgânica e dados das atividades industriais os parâmetros monitorados com os
64 pontos de lançamentos com as coordenadas geográficas. Fontes novas são pedidas
65 análises do corpo receptor. Sr. Renato sugere fazer uma resolução simples do
66 CONSEMA. Sr. Fernando sugere criar um piloto no rio dos Sinos. Sr. Adolfo diz que
67 para fazer um piloto nos Sinos é preciso esclarecer alguns pontos. Sr. Julio expõe que
68 a nossa preocupação é com a qualidade da água e no Taquari-Antas o efluente oriundo
69 da criação de suínos é alta, e o enquadramento serve para estancar a poluição, e na
70 prática não estamos percebendo aplicação do enquadramento na bacia, e relata que
71 muitos municípios nem sabem sobre os enquadramentos e nem como usar. Sugere que
72 seja realizada capacitações dos órgãos licenciadores sobre o uso dos enquadramentos
73 para a Região Hidrográfica do Guaíba e que este assunto também poderá ser levado à
74 CT Gestão Compartilhada Estado/Município do CONSEMA. Temos duas ferramentas
75 importantes, o enquadramento que barra a poluição e a cobrança por DBO que obriga
76 a melhoria de qualidade antes do lançamento. Sr. Renato responde que temos coisas
77 distintas, uma é o padrão de qualidade definido pelo enquadramento e a outra é o
78 padrão de lançamento. A FEPAM sempre observa qual é a situação do corpo hídrico
79 que será efetuado o lançamento, mas isso não está citado na licença. Sr. Adolfo
80 relembrou o fato da mortandade de peixes nos Sinos em novembro de 2011 que gerou
81 a exceção a partir da portaria proibindo empreendimento com lançamentos de efluentes.
82 Somete a indústria foi penalizada enquanto os outros setores continuaram lançando
83 efluentes sem controle. Educar o licenciador de carreira para atuar de forma qualificada
84 é fundamental. Isso não está acontecendo hoje nos Sinos. Lamentável a Marion não
85 estar aqui hoje. Precisamos ter informações sobre as estações de tratamento de
86 esgotos. Sr. Fernando destaca que temos que olhar para frente e as Prefeituras não
87 têm capacidade técnica de fazer análise isolada. Precisamos preparar o SERH para
88 atuar e apoiar os municípios, pois estes não são entes do SERH, mas licenciam.
89 Explicou que está sendo elaborado o módulo de qualidade no SIOUT pela UFLA e
90 esperamos avançar neste quesito do monitoramento. O que nós precisamos ter definido
91 é quais são os pontos na bacia que são necessários verificar a qualidade e investir para
92 montar a Rede Estadual de Monitoramento permanente. Emitir o boleto de cobrança por
93 carga de DBO e este sistema ser utilizado pelo município a partir das outorgas de
94 lançamento e então se faz o cruzamento com o enquadramento das bacias. Sr. Paulo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMA
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CTG
CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA GUAÍBA

95 Germano disse que a CORSAN faz o monitoramento a montante e a jusante da
96 concentração e vazão por interesse da companhia. Sr. Fernando disse que o bom seria
97 se estes dados da CORSAN estivessem à disposição e a SEMA pode receber estes
98 dados em qualquer plataforma web. Sr. Paulo Germano disse que isto é uma questão
99 de acerto institucional, não é difícil. Sr. Eduardo comenta sobre a poluição difusa e que
100 precisamos pensar em como resolver esta situação. A sinergia dos lançamentos precisa
101 ser pensada de forma institucional. Precisamos avançar em uma modelagem de
102 qualidade. Há poucos pontos e monitorados com pouca frequência e acredita que o
103 Departamento de Qualidade da FEPAM não tem como fazer isso. Sra. Elisa acredita
104 que um dos problemas dos municípios é não terem pessoas fixas nas áreas de meio
105 ambiente e a cada mudança de gestão novas pessoas assumem as funções técnicas.
106 Para receber a habilitação para o licenciamento é obrigatória a portaria de nomeação e
107 a partir deste momento não há mais esta cobrança. Talvez uma cobrança dos gestores
108 de atualizarem estas nomeações poderia ajudar. Sr. Renato responde que a habilitação
109 é solicitada pelo município. Sra. Elisa coloca que o Comitê Caí levou a promotoria
110 regional o enquadramento para conhecimento. Sr. Julio coloca que o processo para
111 cumprir o enquadramento tem que funcionar e quando cobrarmos o lançamento de DBO
112 é que vamos ver modificações na qualidade das águas. Sr. Adolfo comenta sobre uma
113 pesquisa sobre poluição difusa que foi divulgada pela FEEVALE, pelo professor
114 Fernando Spilki, que demonstra a importância de nos basearmos em dados confiáveis.
115 A pesquisa apresentou que a origem da poluição oriunda de coliformes fecais nos Sinos
116 vem 30% da área agrícola (que ocupa 92% da área da bacia), e o da área urbana (8%
117 da área) é de uma parte de origem humana e a mesma parte originada por cães. Sr.
118 Fernando acredita que precisamos nos preparar para rever os enquadramentos, pois
119 tem um item na 357 do CONAMA que se refere a viabilidade. Hoje a Sala de Situação
120 tem 400 estações em tempo real e precisamos usar estas informações para gestão. E
121 conforme a previsão da SEMA a cobrança se dará pelo critério poluidor-pagador.
122 Precisamos universalizar o entendimento do coliforme, que é por um vírus, cada vírus
123 tem uma espécie de animal associada e quando chove piora os resultados. Foi realizada
124 uma pesquisa pelo Fernando Spilki sobre análise de doenças em posto de saúde e foi
125 constatada um aumento de doenças gastrointestinais após a chuva, devido à poluição
126 difusa. Fica uma recomendação para esta Câmara, buscar este conhecimento para
127 entender a origem da poluição na Região do Guaíba e a universalização do adenovírus.
128 Sra. Valéria comenta sobre a quantidade de informações difusas que existem no SERH
129 e poderiam ser aproveitadas para gestão, muitas vezes são exigidas várias análises em
130 pontos aleatórios, são recursos que poderiam ser investidos em uma rede de
131 monitoramento fixa, por exemplo. Sr. Renato concorda e acredita que as informações
132 deveriam ser centralizadas no DRH. Sr. Eduardo acredita que precisamos de
133 planejamento na SEMA para que tenhamos um Sistema de Informações disponível para
134 tomadas de decisões. Sr. Fernando diz que o ideal seria analisar a partir das unidades
135 de planejamento definidas pelos planos e escolher um ponto e instalar uma estação de
136 monitoramento. E a cobrança pode financiar o monitoramento. Sr. Adolfo e Sr. Fernando
137 ficaram de escolher um arroio misto (urbano/rural) no Sinos para estruturar a proposta
138 piloto fazendo uma parceria com a Unisinos e a Feevale. Sra. Norine chama atenção
139 para vício acadêmico e cuidado para que a experiência sirva para a gestão e melhoria
140 da qualidade das águas e não somente como um banco de dados. Sr. Julio vai levar
141 para a CT Gestão Compartilhada Estado/Município a questão sobre a qualificação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMA
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CTG
CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA GUAÍBA

142 permanente acerca dos licenciamentos. **3) Assuntos Gerais: a) Agências de Bacia:**
143 Sr. Julio relata que já passou a informação para a plenária do Taquari-Antas e a mesma
144 aceitou a proposta das Agências. O Pardo levará o assunto para a plenária no dia 19/09
145 e o Caí no dia 26/09. **b) Reunião GT CTG:** sobre planejamento e recomendação sobre
146 o monitoramento e uso dos enquadramentos a partir de uma resolução conjunta
147 CONSEMA e CRH será realizada dia 11/09, as 10h no DRH. **c) Relato CTG no CRH:**
148 Sr. Paulo Germano fará o relato desta reunião no CRH dia 13/09/17. A reunião foi
149 encerrada as dezessete horas e nada mais havendo a constar, lavro a presente Ata,
150 que será assinada por mim, presidente desta Câmara Técnica, que será anexada à lista
151 assinada pelos presentes.